

**ATA**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador André Coelho Lima – Abordou um assunto já tratado na última reunião de Câmara relativamente à Associação de Municípios do Vale do Ave – AMAVE, considerando ser importante aferir, em concreto, o que terá levado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a convocar uma reunião que teve como ponto único na agenda de trabalhos a dissolução e liquidação da AMAVE e a consequente retirada, por unanimidade, da ordem de trabalhos deste assunto, tendo culminado numa indefinição e numa decisão que, no seu entender, coloca em causa a segurança da própria convocatória. De seguida, disse estar a par do que se passa na AMAVE em termos de falta de solidariedade de alguns municípios, transmitindo que está de acordo com a posição manifestada pelo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães de que deveria haver óbvia solidariedade dos municípios

relativamente às despesas já assumidas pela AMAVE, demonstrando incompreensão quanto a atitudes mais agressivas ou intempestivas da parte de outros municípios. -----

2 – Vereador Ricardo Araújo – Começou por dizer que, na sua atividade profissional, desempenha funções públicas em dois organismos, tentando que o exercício dessas funções não seja afetado pelo exercício de funções enquanto Vereador da oposição, bem como no combate político-partidário. De seguida, disse ter lido, recentemente, um artigo de jornal da autoria do Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães em relação ao qual disse querer esclarecer o executivo e a opinião pública, nomeadamente quanto ao conteúdo, estilo e forma utilizados. Assim, disse não ser verdade que o Secretário de Estado Castro Almeida tenha anunciado "*a construção de uma via em moldes totalmente contrários ao que a direita local defendia*", porque aquele responsável apenas disse o que já se sabia mas não era público, ou seja, que o Governo conseguiu assegurar o financiamento comunitário para a via que se pretende construir de acesso ao Avepark. Acrescentou que o mesmo governante nada disse sobre trajetos ou soluções por não ser da sua competência mas antes dos órgãos autárquicos próprios, facto pelo qual afirmou que o PSD e a Coligação têm apelado ao debate público e em primeira instância local. Disse, ainda, não ser verdade que o PSD de Guimarães tivesse comunicado regozijo porque o Governo seguiu os seus conselhos e sugestões. Continuou, dizendo que no artigo em causa o autor referiu que o Ministro Poiares Maduro veio, indevidamente, anunciar, numa sessão partidária, a instalação no concelho de Guimarães de 12 Espaços do Cidadão que a Câmara havia protocolado com o Governo em 5 de agosto de 2014. A propósito, quis esclarecer que esse protocolo foi um



ato público, tendo ficado conhecido no referido dia 5 de agosto o número de espaços a instalar em Guimarães, pelo que disse considerar que o Ministro Poiares Maduro não fez qualquer anúncio em sessão partidária uma vez que a celebração do protocolo havia sido feita três meses antes. Referiu, ainda, que em momento algum o PSD de Guimarães veio reclamar o mérito pela instalação em Guimarães de 12 Espaços do Cidadão. Prosseguiu a sua intervenção no que respeita à instalação da unidade operacional da Universidade das Nações Unidas em Guimarães referindo, a propósito, a declaração do Reitor da Universidade do Minho que enalteceu a ação das diferentes forças partidárias envolvidas na Câmara Municipal de Guimarães na concretização desde desiderato. Por último, referiu-se à forma e ao estilo utilizados no artigo em causa reprovando o gozo político a pessoas e instituições partidárias. -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Referindo-se a uma iniciativa promovida por um grupo de cidadãos vimaranenses - “Comemoração dos 40 anos do 25 de Abril”, que conta com o apoio da Sociedade Martins Sarmento, disse ter assistido a uma Conferência que teve como um dos oradores o Professor Rui Reis, de quem disse ter ouvido palavras de esperança, conhecimento e saber. Disse considerar que Portugal é um país com gente capaz de levar a bom porto o desígnio da nação, tecendo críticas à forma como a investigação não é valorizada em Portugal pelo poder político. Disse, ainda, ter ficado demonstrado que a política e a estratégia desta Câmara Municipal em relação à Universidade do Minho vai ter frutos, mostrando-se agradado por fazer parte de um executivo que aponta como parceiro estratégico para o desenvolvimento a Universidade do Minho; **b)** – Lembrou a ação de indignação e luta da Confederação Geral dos Trabalhadores

Portugueses marcada para o dia de hoje. -----

4 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Na sequência da intervenção anterior, disse acreditar que a ligação à Universidade do Minho será também uma mais valia ao nível da educação. De seguida, fez o ponto de situação relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular referindo que estão a decorrer dentro da normalidade, havendo alguma mobilidade e desistências que rapidamente são substituídas para que os alunos não sintam os efeitos adversos. Disse que ao nível do inglês e da atividade física e desportiva a Câmara Municipal conta com o apoio, respetivamente, da Universidade do Minho e da Cooperativa Tempo Livre. Informou da realização de reuniões com coordenadores e professores no sentido de limar arestas no sentido de que os conteúdos lecionados sejam comuns a todas as escolas. Relativamente ao inglês informou que está a ser desenvolvida uma formação com a API – Associação de Professores de Inglês – no sentido de preparar os docentes com metodologias específicas para alunos mais novos. No domínio das Artes Performativas disse que a experiência tem sido positiva, tendo sido desenvolvida uma formação paralela entre os técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular e os professores titulares de turma. Disse, ainda, continuar a persistir a problemática dos horários reduzidos, da contratação anual e da inexistência de uma política central sobre as atividades pós escola. Por último, disse que, tendo em conta estes constrangimentos, a Câmara Municipal tem desempenhado o seu papel pondo em funcionamento um projeto que considera ter pernas para andar, devidamente acompanhado pela Universidade do Minho, que igualmente o avaliará no decorrer deste ano letivo. -----

5 – Vereador José Bastos – Começou por dizer que a propósito



do Convénio designado por Caminho Cultural Atlântico, aprovado em reunião de Câmara no passado dia 10 de julho, que junta 15 cidades de Portugal, Espanha e França, foi realizada uma reunião no início desta semana tendo sido debatidos vários temas relacionados com o Plano de Atividades para 2015 e criados vários grupos de trabalho focados e centrados em vários temas, entre os quais o das Artes Cénicas, o do Turismo e o das Artes Visuais, ficando este último sob a coordenação de Guimarães. Disse, ainda, que Guimarães assumirá a vice-presidência da Comissão Permanente do Caminho Cultural Atlântico desde já e até ao final do primeiro semestre, assumindo a sua presidência no período compreendido entre julho e dezembro de 2015. Continuou, referindo que o principal objetivo do Convénio Caminho Cultural Atlântico é unir um conjunto de cidades tentando trabalhar uma característica diferenciadora que é a base cultural numa perspetiva de dimensão turística e económica, procurando dar escala e notoriedade a estes territórios e chegar a outros mercados que possam visitar estes locais pela sua característica cultural mas claramente focados na vertente turística e económica. A propósito, informou que a cidade de Guimarães participa, este fim de semana, no 4.º Fórum Internacional de Turismo, a decorrer na China, na cidade de Zhengzhou, capital da província de Henan, com mais de 105 milhões de habitantes. Disse, ainda, que a participação de Guimarães no 4.º Fórum Internacional de Turismo, cujo convite europeu apenas foi endereçado a cidades do Arco Atlântico e a Madrid, tem como objetivo estabelecer um acordo de colaboração que permita promover o turismo e difundir o Caminho Cultural Atlântico na República Popular da China. Por último, disse que como resultado do trabalho em rede, Guimarães foi convidada pela cidade de Gijón para participar, em finais de julho de 2015,

no Festival Arco Atlântico, evento para o qual apenas foram convidadas quatro cidades estrangeiras. -----

6 – Presidente da Câmara – a) – Começou por corrigir algumas imprecisões expressadas pelo Vereador André Coelho Lima referindo que não convocou a reunião da AMAVE na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Guimarães mas sim na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo daquela Associação de Municípios. Disse, ainda, que da agenda de trabalhos daquela reunião constava mais de uma dezena de pontos, designadamente o Plano de Atividades e Orçamento para 2015, sendo o primeiro ponto a discussão da liquidação e dissolução da AMAVE. Informou que a referida reunião foi analítica e que depois de duas horas de trabalho e por decisão consensual dos membros foi suspensa, comunicando que decorrerá, ainda hoje, uma reunião informal para que os membros da AMAVE possam discutir pormenores da vantagem ou desvantagem para os municípios da sua dissolução e liquidação. Continuou, referindo ser necessária uma reflexão de todos os membros da AMAVE para que assim se pronunciassem definitivamente acerca da manutenção ou não nesta estrutura, acrescentando que, no limite, seria criado um vazio diretivo na AMAVE o que, disse, não ser possível. Continuou, referindo que o trabalho da AMAVE, desde há um ano a esta parte, independentemente do seu futuro, tem-se centrado ao nível da transferência dos passivos e ativos para cada um dos municípios, apontando como exemplo as intervenções que cada município tem feito no troço da Via Intermunicipal que lhes diz respeito. Informou que a AMAVE está a definir o contrato de transferência de propriedade no que diz respeito à Via Intermunicipal, passando-se o mesmo com o passivo, que está a ser igualmente transferido para cada um dos municípios, faltando resolver a parte



que diz respeito ao Município da Trofa, o que, do seu ponto de vista, terá que ser resolvido de acordo com avaliações técnicas e apuramentos. Disse, ainda, que o Conselho Diretivo da AMAVE está a trabalhar na liquidação do passivo e do ativo, fazendo com que a estrutura fique solta do seu passado e possa fazer candidaturas comunitárias com uma organização mais leve do ponto de vista do seu funcionamento. Por último, disse que Guimarães tem que defender os seus interesses, acautelando as responsabilidades financeiras que imputa a cada município. **b)** – Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse não avaliar declarações de responsáveis no âmbito da sua lide partidária, acrescentando que a relação da Câmara Municipal de Guimarães com o Governo é uma relação institucional, pelo que disse não comentar qualquer declaração que tenha sido feita fora desse âmbito. Disse concordar com as declarações do Professor António Cunha quando agradeceu a todas as forças partidárias o envolvimento na instalação da Universidade das Nações Unidas em Guimarães. Referindo-se à liberdade e à responsabilidade dos intervenientes políticos, disse considerar que o respeito é devido a todos, lembrando a indelicadeza das declarações feitas relativamente ao Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, Armindo Costa e Silva, tendo sido posta em causa a sua responsabilidade política na liderança do PS em Guimarães e enquanto administrador da Vimágua. Sobre a liberdade de cada um expressar livremente o que pensa, apelou à intervenção cívica e política, considerando que a sociedade vimaranense precisa de saber o pensamento dos cidadãos para lançar a discussão sobre os mais diversificados temas; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse sentir-se orgulhoso por ser vimaranense, referindo que o Professor Rui Reis, Cidadão

Honorário de Guimarães, é um dos maiores cientistas do mundo na área da medicina regenerativa, biotecnologia e nanotecnologia. Disse que a Universidade do Minho, através do Grupo 3B's, que tem evidenciado diversidade de investigação e de trabalhos desenvolvidos, é a entidade que mais poderá alavancar o desenvolvimento do concelho, da região e do país, sendo este o objetivo da parceria estratégica. Disse ser preocupante uma questão referida pelo Professor Rui Reis na Conferência de ontem e que diz respeito à percentagem dos recursos do Estado para a Ciência e a Educação, situação que Guimarães tenta colmatar trabalhando em sintonia com a Universidade do Minho; **d)** – Sobre a intervenção da Vereadora Adelina Paula Pinto disse que dentro das dificuldades e apesar dos constrangimentos a Câmara Municipal tem recebido elogios públicos sobre o funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular; **e)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Bastos disse que faltava a Guimarães uma participação com significado no Eixo Atlântico, pelo que considera que a coordenação da Comissão de Artes Visuais é uma oportunidade de fazer valer a importância da cidade e de dar a conhecer o que se faz bem em Guimarães. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 30 de junho de 2014 da CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM Unipessoal, Lda., que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----



1. Exibiu o Prémio de "Município do Ano Portugal 2014", na categoria de "Região Norte", atribuído à Câmara Municipal de Guimarães no decorrer da primeira edição do concurso de âmbito nacional promovido pela Universidade do Minho, cujo objetivo é proceder à escolha de Autarquias que se destaquem na perspetiva da divulgação de boas práticas nos domínios do território e da economia. -----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de novembro de 2014, que concordou com a competente participação ao Ministério Público de uma denúncia formal apresentada no âmbito da II Edição do Orçamento Participativo de Guimarães. ----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2014.

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Maria Helena Soeiro por não ter estado presente na reunião.-----

FREGUESIAS – ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE S. LOURENÇO E BALAZAR – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta. "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União das Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar, para a execução da obra de pavimentação das ruas Espírito Santo, Estrada Nova e

Talhões rua dos Lameiros, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €20.224,18. O Presidente da Junta da União das Freguesias solicita agora a alteração do objeto daquele contrato, de forma a incluir a elaboração e execução do projeto da obra de requalificação da rua da Igreja da freguesia de Sande S. Lourenço, em substituição da pavimentação das ruas acima identificadas. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 22 de setembro de 2014, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na FREGUESIA para a elaboração e execução do projeto da obra de requalificação da rua da Igreja da freguesia de Sande S. Lourenço." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – FREGUESIA DE GONDAR – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO** – Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato de Subsídio com a Freguesia de Gondar, para a execução da obra de ampliação do Cemitério, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €17.284,19. O Presidente da Junta de Freguesia solicita agora a alteração do objeto daquele contrato, de forma a incluir a aquisição de terreno e elaboração do projeto de ampliação do cemitério, em substituição da obra de ampliação do Cemitério. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do



órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 7 de outubro de 2014, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à **FREGUESIA** para a aquisição de terreno e elaboração do projeto de ampliação do cemitério". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – ANO DE 2013 – PRIMEIRO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Sande S. Martinho, a execução da obra de repavimentação da rua dos Lameiros, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €19.186,40. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra no ano de 2013, no dia 22 de outubro de 2014, o Presidente da Junta de Freguesia solicitou autorização para executá-la até ao final do ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 27 de setembro de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014.", bem como a aprovação da transição da respetiva verba de €19.186,40 para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** – O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Do texto da

presente proposta consta expressamente que “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Sande S. Martinho, a execução da obra de repavimentação da rua dos Lameiros, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 19.186,40€.” E mais se diz que “não tendo sido possível iniciar aquela obra no ano de 2013, no dia 22 de outubro de 2014, o Presidente da Junta de Freguesia solicitou autorização para executá-la até ao final do ano de 2014”. Uma matéria desta natureza, que mereceu unanimidade no momento da delegação de competências através do protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Sande S. Martinho, deveria naturalmente merecer unanimidade na votação do ponto hoje apreciado. E mereceu! Os vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente, e sem qualquer reserva, a concessão de uma verba do montante de €19.186,40 que, através da alteração do Protocolo previamente celebrado com a Junta de Freguesia de Sande S. Martinho, permitirá proceder à execução da obra de repavimentação da Rua dos Lameiros, sita naquela freguesia. As razões constantes da proposta são, como se viu, bem claras quanto à sua justificação. O protocolo celebrado com a Junta de Freguesia também o é. O eficiente escoamento das águas pluviais numa via pública é um bem de interesse geral, configura um bem de ordem pública, e não se confina nas estreitas linhas que frequentemente estreitam o debate político. Seria caso para dizer que a chuva, quando inunda, inunda para todos e não para os cidadãos deste ou daquele partido. Percebe-se mal, por isso, que na discussão deste ponto, tenham os vereadores do PSD invocado razões, discussões partidárias e posições assumidas noutros órgãos diferentes deste executivo municipal quando, bem vistas as coisas, e a final, acabariam



votando favoravelmente esta proposta. Não temos o hábito de votar a favor de uma proposta contra a qual nos posicionamos por razões laterais oriundas de outros debates. Como não temos o hábito de sublinhar e reforçar as nossas hipotéticas divergências, procurando efeitos políticos de uma aritmética duvidosa, quando está em causa o interesse público e das populações locais e - recorde-se - estamos todos de acordo, como é manifestamente o caso presente. Votamos a favor, como votaram a favor os vereadores do PSD que, como se diz numa famosa peça teatral, apresentaram "tanto barulho para nada".

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente à pretensão da Junta de Freguesia de Sande S. Martinho em proceder à execução da obra de repavimentação da Rua dos Lameiros, usando para o efeito uma obra da própria Junta de Freguesia, ainda que através de protocolo, no montante de €19.186,40. No entanto, cumpre deixar esclarecidas algumas matérias em torno desta zona específica da freguesia de Sande S. Martinho. Em primeiro lugar, é curioso registar como a Rua de Lamas (rua que vai dar à Rua dos Lameiros mas que se encontra situada na freguesia de Sande S. Lourenço) está repavimentada já há muito tempo, contando com a prestimosa colaboração do Município, sendo que esta Rua dos Lameiros, em Sande S. Martinho já terá que ser paga com dinheiros da Junta de Freguesia, montantes a que a freguesia tem direito através dos protocolos a celebrar com o Município de Guimarães. Em segundo lugar, a Rua dos Lameiros é perpendicular à Rua do Emigrante, sendo por demais conhecido do executivo socialista as inundações que constantemente ocorrem neste local, sem que para isso sejam

sequer necessários grandes índices de pluviosidade. É conhecido porque por várias vezes se deslocaram ao local funcionários municipais, como ainda porque no patamar da intervenção política, o vereador André Coelho Lima interveio mais do que uma vez sobre esta matéria no mandato anterior, e ainda porque em 12.03.2012 foi votada na Assembleia Municipal uma moção (que anexamos) precisamente sobre esta matéria, moção essa em que se pedia tão somente *“apelar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães para que interceda junto das entidades responsáveis no sentido de, no mais curto prazo possível, encontrar uma solução que corrija o erro infraestrutural que impede o normal escoamento das águas na Rua do Emigrante e seja reparada a estrada que a serve”*. Ora, sem que se perceba o que tem o PS contra Sande S. Martinho ou contra os habitantes da Rua do Emigrante, a verdade é que esta moção não foi aprovada porque todos os deputados do PS votaram contra. Ora, sendo a Rua dos Lameiros perpendicular à Rua do Emigrante, e estando a Rua do Emigrante carecida de uma intervenção com vista a resolver o problema das inundações, em nossa opinião, gastar agora dinheiro com a repavimentação da Rua dos Lameiros, correndo-se o risco de ter que se levantar o pavimento dentro de pouco tempo quando se intervier na Rua do Emigrante, é objetivamente uma má medida. Por isso, apesar de termos aprovado a utilização deste montante de €19.186,40 para repavimentação da Rua dos Lameiros, apelamos – mais uma vez! – para a urgência da realização da intervenção na Rua do Emigrante, pois que sem esta não faz qualquer sentido gastar dinheiro a repavimentar a Rua dos Lameiros. Competindo à Câmara Municipal a resolução do problema das águas pluviais na Rua do Emigrante, compete à Câmara Municipal fazê-lo de uma



vez por todas (uma vez que essa atuação tem sido pedido há mais de 5 anos), para que possa então a Junta de Freguesia de Sande S. Martinho proceder à repavimentação da Rua dos Lameiros.” O documento anexo a esta declaração de voto dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO NA INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA NA RIBEIRA DE COUROS, ZONA DAS HORTAS, NA CIDADE DE GUIMARÃES

- Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: “Aquisição de serviços de Realização do acompanhamento na intervenção hidráulica e paisagística na Ribeira de couros, zona das Hortas, na cidade de Guimarães. **1. Objeto:** Contratação de serviços referentes à realização do acompanhamento na intervenção hidráulica e paisagística na Ribeira de couros, na zona das Hortas, na cidade de Guimarães, até ao final de Dezembro de 2014. **2.**

Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitetura; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços

referente à realização do acompanhamento na intervenção hidráulica e paisagística na Ribeira de couros, zona das Hortas, na cidade de Guimarães, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização do acompanhamento na intervenção hidráulica e paisagística na Ribeira de couros, zona das Hortas, na cidade de Guimarães, até ao final de dezembro de 2014; b) A despesa estima-se em 3.950,00€ (três mil novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto a Clara Claudia Guedes e Castro, tendo em conta que esta foi a autora do respetivo projeto de arquitetura, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 24.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A INTEROPERABILIDADE ENTRE O SISTEMA DE PAGAMENTOS CASHDRO E A PLATAFORMA DE APLICAÇÕES SIGMA –
Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Sistemas



de Informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para o desenvolvimento e fornecimento dos webservices necessários para a interoperabilidade entre o sistema de pagamentos CashDro e a Plataforma de aplicações SIGMA. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e nas aplicações SIGMA; Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), em virtude de se tratar de serviços relacionados com software protegido por direitos exclusivos (aplicações SIGMA); Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços para o desenvolvimento e fornecimento dos webservices necessários para a interoperabilidade entre o sistema de pagamentos CashDro e a Plataforma de aplicações SIGMA. b) A despesa anual estima-se em €7.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) Está assegurada uma comparticipação de 85% pela candidatura “Ave Digital XXI”, SAMA 2013 da CIM do Ave. d) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 12 - 02.02.20 (Serviços especializados), correspondente ao ano de 2014. e) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto à MEDIDATA.NET - Sistemas de Informação, ao abrigo da alínea e), do nº 1, do art.º 24º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, porquanto esta

entidade detém direitos exclusivos sobre aquela aplicação informática. f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE AVAC, MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE DETEÇÃO AUTOMÁTICA DE INCÊNDIO, INTRUSÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS DO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA, MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVAC DA D.O.P. NO EDIFÍCIO DA CÂMARA E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES DA RESPONSABILIDADE DO MÚNICIPIO – Presente a seguinte informação do Chefe de

Divisão de Administração Direta: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de AVAC, manutenção dos serviços de deteção automática de incêndio, intrusão e extinção de incêndios do arquivo municipal Alfredo Pimenta, manutenção do sistema de AVAC da Divisão de Obras Particulares no edifício da câmara e manutenção dos sistemas de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do município. **2. Considerandos:** A Câmara Municipal tem sob a sua responsabilidade a manutenção e conservação de um grande número de edifícios nos quais é necessário garantir o controlo ambiental da temperatura,



nomeadamente no Arquivo Municipal, de forma a garantir a preservação e conservação física dos documentos, sendo fundamental o controlo das condições ambientais, parametrizando os valores de humidade e temperatura, sob pena de haver deterioração dos documentos. De igual modo, nas escolas e edifícios do município, é necessário garantir o bem-estar dos seus utilizadores, para que possam realizar as atividades sem dificuldades. Assim, para garantir um controlo ambiental de temperatura adequado ao seu devido funcionamento, os edifícios são dotados de sistemas de climatização, sendo por isso necessário efetuar manutenções periódicas por pessoal habilitado no manuseamento dos equipamentos, para que estes sistemas funcionem normalmente. Verifica-se assim a necessidade de realizar as devidas manutenções periódicas dos sistemas identificados no número anterior da presente informação, de forma a garantir o bom estado dos sistemas e equipamentos, sob pena de os mesmos entrarem em “falência técnica”. Tais manutenções só podem ser asseguradas por pessoal técnico habilitado para o manuseamento dos equipamentos. Uma vez que esta Câmara Municipal não dispõe no seu quadro de pessoal dos técnicos acima identificados, foram celebrados contratos de aquisição de serviços, referente à manutenção dos sistemas de climatização, para o ano de 2014. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração dos contratos de aquisição de serviços, pelo prazo de 1 ano, com início a 1 de Janeiro de 2015 e término a 31 de dezembro de 2015,

considerando os seguintes elementos: a) O objeto dos contratos é a Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de AVAC, manutenção dos serviços de deteção automática de incêndio, intrusão e extinção de incêndios do arquivo municipal Alfredo Pimenta, manutenção do sistema de AVAC da Divisão de Obras Particulares no edifício da câmara e manutenção dos sistemas de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do município; b) A despesa total estima-se em €37.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dos quais: €11.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, são relativos à manutenção do sistema de AVAC do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; €3.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de Deteção Automática de Incêndio, Deteção de Intrusão e Extinção de Incêndios no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; €4.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de AVAC da Divisão de Urbanismo no edifício sede do Município; €18.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do Município. c) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que foi emitida a declaração nos termos do nº 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com consulta a 3 entidades. Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. e) Finalmente, informa-se que



caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PREVIO - PROJETO A MINHA ESCOLA DE CIÊNCIAS – Presente a seguinte

informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto "A minha Escola de Ciências". **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e as ações a desenvolver visam implementar nas Escolas núcleos dinamizadores de iniciativas multidisciplinares que fomentem nos alunos o gosto pelas áreas científicas do conhecimento STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics). Com esta aquisição de serviços pretende-se proporcionar aos alunos a possibilidade de participação num leque alargado de atividades científicas, numa lógica de sequencialidade de dinâmicas de trabalho pré-existentes com as escolas do concelho, criando um ambiente de maior proximidade, acesso e ligação dos alunos a áreas do saber científico. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei

n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto "A minha Escola de Ciências", considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é aquisição de serviços para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto "A minha Escola de Ciências"; b) A despesa anual estima-se em €7.200,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto à Escola de Ciências da Universidade do Minho, ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, uma vez que esta instituição dispõe de todos os recursos humanos e técnicos necessários à prestação destes serviços, designadamente o corpo docente da Escola, as instalações, equipamentos e materiais de suporte necessários para a realização das atividades prevista neste projeto. A proximidade geográfica da Instituição, bem como a sintonia da linha de formação contínua dos docentes das escolas afetos ao projeto, aliados à rentabilização dos componentes de implementação do mesmo para as escolas, constituem facilitadores das atividades a desenvolver. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. g) Finalmente, informa-se ao valor da



presente aquisição de serviços já foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por forma do art.º 7.º do mesmo diploma legal e do 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, uma vez que a o valor inicialmente apresentado para este serviço era de 8.000,00€, valor ao qual foi aplicada a redução remuneratória de 10%, resultando num valor final de €7.200,00.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO - CONTRATO DE COMODATO - CCD - ALTERAÇÃO DE PRAZO – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “No dia 20 de dezembro de 2007 foi celebrado um contrato de comodato com o **Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães**, adiante designado por **CCD**, relativamente ao prédio urbano sito no Gaveto das Ruas Dr. Roberto de Carvalho e Av. Cónego Gaspar Estação, desta cidade, destinando-se à instalação da cantina, Bar e demais valências do CCD. Nos termos do n.º 2, da cláusula 7ª, o referido comodato tinha a vigência de **10 anos**, sendo renovado por períodos de um ano, caso não fosse denunciado por nenhuma das partes. Atualmente o CCD vem solicitar a alteração do prazo de cedência do indicado contrato de comodato em virtude do avultado investimento efetuado recentemente com as obras de recuperação e adaptação do edifício, na ordem dos €215.000,00, promovidas por aquela Associação, pese embora com apoios financeiros concedidos pelo Município de Guimarães, tendo a 1ª fase sido concluída no presente ano. Atendendo que é do interesse do CCD a concretização de uma 2ª fase, num futuro próximo, nomeadamente para a criação de um espaço multifuncional no anexo do edifício principal, é solicitada a alteração do prazo de

cedência do imóvel, propondo um prazo de vigência de **20 anos**, com início a partir da data da alteração do mencionado contrato. O imóvel atualmente encontra-se inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo P2182, com proveniência no artigo 689º da Freguesia de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, e descrito na competente Conservatória sob o n.º 583, melhor identificado em planta anexa. Assim, deverá submeter-se à aprovação do órgão executivo a alteração do prazo de vigência do contrato de comodato celebrado em 20.12.2007, passando a ser de **20 anos** com início a partir da data da assinatura da alteração ao contrato de comodato, podendo ser renovável por períodos de um ano, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 120 dias antes do seu termo. Embora ainda não esteja calendarizada a execução das obras inerentes à criação de um espaço multifuncional no referido anexo, poderá desde já submeter-se a deliberação camarária a autorização para a realização daquelas obras, nos termos do n.º 1, da cláusula 3ª do indicado contrato, ficando o comodatário obrigado ao cumprimento dos normativos legais eventualmente inerentes à realização das obras. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Estaremos todos de acordo que empresas e instituições são entidades nas quais as pessoas que as servem constituem um dos seus elementos primordiais. Estaremos também de acordo com a incontestável importância da motivação do seu pessoal que se pode conseguir, proporcionando-lhe um bom serviço e um bom apoio nas diferentes vertentes social, económica e cultural. Que por estas razões e porque também não



ignoramos a função social que cabe às empresas e às instituições, outra posição não poderíamos ter que não fosse a de estar ao lado e apoiar as iniciativas que os colaboradores do município promovem com vista à prossecução da sua formação e do seu bem-estar. Não estando pois em causa da nossa parte o reconhecimento da importância do apoio a esta instituição e de tudo fazermos para que os colaboradores do município se sintam apoiados, felizes e motivados. Não estando também em causa o reconhecimento da necessidade de haver a concessão de um prazo para a amortização dos investimentos realizados, a proposta agora presente de Alteração do prazo de contrato de comodato estabelecido em 20 de Dezembro de 2007, com o CCD "Centro de Cultura e Desporto dos trabalhadores do Município" relativo ao edifício localizado no gavêto da rua Dr. Roberto de Carvalho com a avenida Cónego Gaspar Estação que findará em Dez/2017 para mais vinte anos, isto é, para Dez/2034 merecendo as nossas reservas pelas seguintes razões: 1. Porque não se compreende a razão pela qual se pretende rever um contrato três anos de ele concluir, o que ocorreria em 2017, num mandato portanto de outra câmara; 2. Depois porque aquando da sua celebração se fixou um prazo de dez anos correspondentes, com certeza, ao tempo necessário para amortizar as obras de reabilitação só agora em fase de conclusão; 3. Porque quando muito seria razoável que no final do seu prazo fosse corrigido o tempo necessário para permitir a concretização dos dez anos inicialmente previstos para amortização da obra; 4. Porque, tal como é referido na proposta, sendo embora um investimento promovido pela CCD, mereceu substancial apoio financeiro por parte do município e portanto o prazo de amortização do investimento não poderá ignorar tal aspeto; 5. Porque tratando-se de um compromisso de longo prazo,

muito para além de uma legislatura, cinco legislaturas, constitui um ónus duradouro sobre um importante património municipal, suscetível de poder vir a provocar constrangimentos no futuro; Mereceu o voto a favor pelos vereadores do PSD e do CDS/PP pelo esclarecimento complementar apresentado de que tal alteração de prazo se prende sobretudo com as obras em vista relativas à segunda fase, ainda não iniciadas.” -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPessoal LDA –

CONTRATOS - Presente, para aprovação do executivo camarário e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, as seguintes minutas de contratos a celebrar entre o Município de Guimarães e a CASFIG EM UNIPessoal LDA: Contrato 2015 in house; Contrato - Transferência de verba SMA 2015; Contrato-Programa 2015. As referidas minutas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por de considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO -

OUTUBRO DE 2014 – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a



Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio ao Centro Social de Guardizela ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado a aquisição de equipamentos e a obras de beneficiação, no valor de €45.000,00, bem como a atribuição de um subsídio com vista a comparticipação em 50% no pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção do edifício destinado a Lar de Idosos, no valor de €44.404,58. A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho importante, oferecendo um conjunto de respostas sociais (Creche, Pré-Escolar, ATL, Centro de Dia, Lar de Idosos e SAD) não só para a comunidade de Guardizela mas servindo também freguesias limítrofes, cobrindo um total de aproximadamente 300 utentes, dos quais 209 ao abrigo de acordos de cooperação com Segurança Social, tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. O Centro Social de Guardizela pretende proceder à ampliação e à execução de obras de alteração do edifício

destinado a Lar de Idosos, no Lugar de Monte de Baixo, no âmbito do processo de licenciamento nº 18/12, tendo sido notificado em junho de 2014 do deferimento daquele processo de licenciamento, sendo que, para efeitos de emissão do respetivo Alvará de Construção, tem agora que proceder ao pagamento das taxas no valor de €88.809,16. Não contemplando o Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas em vigor, tais isenções, e apesar de se encontrar em curso os procedimentos com vista à sua alteração, e tendo em conta o seu interesse público das atividades que desenvolvem, entendemos deverem ser apoiadas estas instituições, no que seja possível e esteja nas competências da autarquia. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que o Centro Social de Guardizela prossegue, bem como do apoio que presta à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 5º e do nº 6 do artigo 9º do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães, a atribuição dos subsídios acima referidos.” -----

Sobre esta proposta o Vereador André Coelho Lima fez uma intervenção, que se transcreve: “Este ponto veio no dia 3 de setembro aqui à Reunião de Câmara como sendo ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social destinado ao pagamento de taxas e encargos nas operações urbanísticas. Na altura, enfim, discutiu-se e o Sr. Presidente, e bem, porque havia dúvidas, retirou o ponto. E agora ele vem com uma diferente fundamentação. Já não vem, como se dizia na altura, destinado ao pagamento de taxas e encargos mas como 50% de pagamento de taxas e encargos e os outros 50% como subsídio, ou seja, é o mesmo, só que dá-se uma roupagem diferente. O montante de subsídio previsto, então, era o mesmo



que se prevê agora, só que na altura pagava-se 100% das taxas e licenças e hoje paga-se 50% e os outros 50% atribui-se como subsídio. Portanto, estou a dizer isto porque é preciso que fique claro porque a diferença é meramente semântica, ou de pormenor, ou de detalhe. Ela semântica não é porque de facto uma coisa é um subsídio ao funcionamento da IPSS outra coisa é a dispensa no pagamento das taxas e licenças, objetivamente. Que fique claro, em primeiro lugar, Sr. Presidente, que isto vinha, enfim, deficientemente instruído ou mal instruído tal como foi presente no dia 3 de setembro. Mas fica igualmente claro que no fundo aquilo que se vai votar hoje prossegue exatamente o mesmo objetivo, ou seja, atinge o mesmo valor só que aqui é subsídio mais dispensa de taxas e na altura era só dispensa de taxas. E estou a dizer isto porquê? Porque o Sr. Presidente, ainda agora, enfim, carregou nessa circunstância na introdução e disse, várias vezes, que só haveria isenção, ou seja 100%, no pagamento de taxas para os edifícios construídos após o início do presente mandato. Este edifício foi construído em 2012, objetivamente não se atribui uma isenção, ou melhor atribui-se uma isenção parcial de 50% acompanhada de um subsídio, o que na realidade, em termos de atuação política, é uma isenção. E, portanto, isso é legítimo, como é óbvio. Isso não se discute. Mas fica claro que se abre aqui uma exceção, ou dito de outra forma, que se cria um precedente, porque no fundo o pagamento de 50% de taxas, sendo elas devidas no mandato anterior, confere às demais instituições digamos que, não diria idêntico direito, isso não, seria demais, mas pelo menos idêntica expectativa de terem, digamos, tratamento semelhante a este. Portanto, isto fica claro. Mas há aqui uma dúvida só que tenho sobre isto. E esta dúvida pode desequilibrar aquilo que nos está aqui apresentado como proposta.

Porque aqui é dito o seguinte: é dito que isto é para comparticipação em 50% no pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção do edifício destinado a Lar de Idosos, no valor de 44 mil euros. E portanto, edifício este no âmbito do processo de licenciamento nº 18/12, tendo sido notificado em junho de 2014 o deferimento daquele processo de licenciamento. Portanto, o que é que isto significa? Significa que é um Lar construído em 2012 ou que terminou ou que pediu licenças nessa altura. E do que eu conheço, esta IPSS em concreto tem um Lar que é uma valência social e portanto é comparticipado pela Segurança Social como diz, aliás, na própria fundamentação, que a Segurança Social também comparticipa e nós vimos fazer o nosso papel como Município. Mas tem um outro edifício que também é Lar de Idosos e não é valência social, não tem comparticipação da Segurança Social porque é privado. Como é legítimo qualquer IPSS ou empresa ou o que for ter um Lar privado. Há alguns, não há muitos, mas há alguns neste concelho. Parece-me a mim que a Câmara não está proibida de dar financiamentos a negócios privados mas não é esse o pressuposto, ou melhor dito não é o que consta aqui na proposta.” -----

Na sequência, o Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção, que, igualmente, se transcreve: “Vou dar alguma informação, pode haver alguma incorreção e, assim, fica resolvido. Relativamente às licenças, a Câmara Municipal atribuía 50% de isenção de taxas e licenças. Agora, a partir deste mandato, é que eu aqui expressei, e a Câmara obviamente tem concordado e tem votado, enquanto não se faz essa alteração, porque tem algum procedimento com mais complexidade. Mas o efeito é o mesmo, é dar 100% de isenção. Nós atribuíamos 50% de isenção nas taxas e passamos a dar 100%. Como esta obra nos



ofereceu dúvidas, quanto ao seu início, não em 2012, mas em 2013, antes do mandato, ou pelo menos quando a proposta é aqui entregue. Entendi que não deveríamos atribuir a isenção dos 100%. Poderia, aí sim, levar outras instituições a concluir que "Bem, se eu tivesse retardado o levantamento das licenças, teria 100% em vez de 50%". Então, eu atribuo os 50% para não haver nenhuma discriminação negativa perante aquelas entidades que, em tempo útil, levantaram as licenças e o correspondente pagamento das taxas. E quanto ao outro apoio, que não é bem 50/50, mas se quiser corresponde à necessidade desta entidade ter dinheiro para o levantamento das licenças, porque não o tem. Estamos a votar uma ampliação. Trata-se de uma ampliação! Se for visitar as obras, verá que ainda não estão ocupadas, as obras ainda não estão terminadas, estão em curso, é para estas obras. É para a ampliação de um Lar de idosos. E há outra questão: quem as promove é uma IPSS, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que é a mesma, é para a ampliação do seu Lar de Idosos. Não é privada nada. É tão privada como a outra que tem o apoio da Segurança Social. Agora, remete para uma questão muito delicada e que a Câmara, se calhar, não pode continuar a fazer o que tem feito até aqui, a Câmara não pode suportar tudo. A Segurança Social não tem estabelecido novos protocolos com as Entidades, com as IPSS, não tem aumentado esses protocolos, mantém os que tem, e quando as entidades ampliam as ofertas, neste caso o Lar de Idosos, não tem elaborado protocolos adicionais. Temos os casos de Ronfe, Taipas e há outros, que são novas entidades no sentido de prestação de serviços, pela primeira vez, e não tem os protocolos com a Segurança Social! Aliás, eu já disse aqui, algumas vezes, que entendo que quando o Estado financia, através do Quadro

Comunitário, a construção de instalações sociais no sentido de prestação de Lar de Idosos, Centro de Dia, Apoios ao Domicílio, todas essas valências, deveria definir logo se tinham ou não tinham protocolos. Nesse deferimento em que o Estado comparticipa, deveriam ser logo definidos os apoios da Segurança Social para que não tenhamos situações anómalas como agora. Temos algumas IPSS que não têm nenhum apoio da Segurança Social e, sem apoio, tudo se torna mais difícil. E é o que está a acontecer aqui com Guardizela. Guardizela, se calhar, nem metade dos utentes tem apoio protocolado com a Segurança Social (estou a dar o número de memória) e é um Centro Social que está sempre disponível para acudir a situações de emergência e vai fazendo com que as pessoas que precisam do Lar de Idosos se instalem lá, pessoas pobres e com muitas dificuldades e faz com que o Centro comece a ter dificuldades financeiras, não havendo comparticipação e de quem entra, não tendo possibilidades, porque são pessoas com pensões muito baixas, cria obviamente dificuldades. E é a isso que a Câmara de Guimarães está a atender e está a atender a muita gente e muitas instituições. Se derem conta, já é a 5ª ou 6ª Instituição a quem prestamos apoio. Este apoio de 90 000 Euros é para pagar as taxas e licenças; chega aqui, recebe o dinheiro, paga, a ver se é sustentável, a ver se é sustentável, a ver se é sustentável..."-----

De seguida, o Vereador André Coelho Lima, voltou a intervir, da seguinte forma: "É importante que se perceba aqui de forma clara algumas questões: em primeiro, esta IPSS, tal como as demais, não nos merece nenhum tipo de reserva e o apoio não nos merece nenhum tipo de reserva. Isso que fique claro, sem margem para dúvidas. Sem prejuízo, naturalmente, deste ponto, tal como por exemplo o anterior, do CCD. É evidente



que ninguém questiona que nós achamos que é óbvio que o CCD tem que ter direito. E aliás, é só um pequeno parêntese. Como sabe e eu recorde e também para fazer alguma história disto e já falamos até neste mandato. Relativamente a algumas entregas de comodatos a Juntas de Freguesia de todos os partidos nós defendemos que o período de comodato deveria ser mais alargado, precisamente por causa dessa amortização do investimento. No fundo o que se discutia era a dimensão desse alargamento. Aqui é a mesma coisa. Não merece nenhuma reserva o apoio. O que merece e foi isso que eu disse e é preciso que isso fique claro. O Sr. Presidente deu-me uma resposta mais ou menos. Uma IPSS pode ter um Lar gerido de forma privada. Pode ser IPSS à vontade. Pode ser Instituição Particular de Solidariedade Social e ter um Lar. Esta ou outra qualquer. Isso é uma coisa absolutamente normal e que aliás acontece em vários locais. Os Lares privados podem ser geridos por empresas ou por IPSS que na perspetiva de negócio tentam ir ali buscar algum financiamento para as suas outras valências sociais. Isso é normal. Não é criticável. O que tem é a Câmara que saber dessa circunstância. Esse é que é o ponto. Porque parece-me a mim que se o apoio for a um Lar de Idosos que não seja valência social nós temos que ter consciência disso. Penso que retiro das palavras do Sr. Presidente que se trata de um aumento do Lar existente e se é um aumento do Lar existente é um aumento da valência social, aí não há nenhuma reserva. O ponto que eu tenho que colocar é este. E que temos que ficar, penso eu, todos conscientes disso. Por exemplo, nas Taipas há um Lar privado e há outros, enfim, o Camélias, também é um Lar privado. E nós ao atribuímos subsídios a entidades dessa natureza temos que ter essa consciência. Portanto, se o Sr. Presidente me diz e como em várias

coisas que fizemos aqui isso vale, que não é para uma unidade privada gerida por uma IPSS, por que isso é normal, mas para a continuação da valência social isso não tem a nossa reserva e merece o nosso apoio, com essa garantia.” -----

Para concluir, o Presidente da Câmara retorquiu: “Muito bem... A convicção, nos dados que tenho, é exatamente uma IPSS e não de natureza, como referiu, de entidade privada. Está a discussão feita.” -----

Posto o assunto à votação, foi **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram a favor desta proposta tendo presente, antes do mais, o reconhecimento do relevante interesse público da atividade que o Centro Social de Guardizela prossegue, bem como do apoio que presta à sua comunidade. Não se trata de um procedimento único e específico para o caso do Centro Social de Guardizela. Vem sendo uma prática adotada desde o início do ano de 2014, no seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social, particularmente necessários num momento reconhecidamente difícil na vida destas valorosas e imprescindíveis instituições. As valências e as respostas sociais prestadas pelo Centro Social de Guardizela constam da proposta e afiguram-se claras. A instituição serve a sua freguesia e as freguesias limítrofes e cobre uma área e um número de utentes bem expostos nas razões da proposta. Quer a atribuição do subsídio com vista à comparticipação em 50% do custo do pagamento da taxas e licenças devidas pela emissão do alvará de construção do edifício destinado a Lar de Idosos – montante



consonante com os subsídios atribuídos à época em casos semelhantes-, quer o subsídio atribuído para aquisição de equipamentos e para obras de beneficiação, ambos se afiguram de clara razoabilidade aos olhos de todos os que assumem as responsabilidades da governação, como, aliás, da população em geral, que mal compreenderia uma recusa neste tipo de apoio em circunstâncias em que o Município o pudesse fazer e se recusasse por razões que ninguém compreenderia. Talvez por ser tão claro, merecesse este ponto aprovação unânime na votação em executivo. Já se não compreende a discussão que os vereadores do PSD no Executivo Municipal pretenderam criar, colocando em causa as razões e a bondade da atribuição dos subsídios. Quem não concorda vota contra. Se merece reservas, abstêm-se. Colocar dúvidas, reservas ou suspeições sobre a proposta em sede de discussão e votar a favor só pode traduzir a vontade de procurar colher dividendos políticos desta atribuição de subsídios – ou de os não perder- sem deixar de lançar ruído e confusão sobre uma matéria que devia ser clara e pacífica aos olhos de todos. Clareza numa matéria desta natureza só ajudaria a perceber qual é realmente o sentido de voto dos vereadores do PSD/CDS-PP. É tudo o que não há. Pela nossa parte, votamos a favor porque apoiamos a proposta. Que é o que se espera de quem vota a favor de uma proposta com esta natureza.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente ao apoio aqui definido ao Centro Social de Guardizela. Sendo necessário conceder, a esse propósito, os seguintes esclarecimentos adicionais. Torna-se claro que, por esta via, o Município concede ao Centro Social de Guardizela o mesmo

montante que pretendia conceder quando este assunto veio à reunião de Câmara de 04.09.2014, embora o faça agora com um pressuposto diferente. Na altura, pretendia fazê-lo ao abrigo da dispensa total de pagamento de taxas, agora, concede o mesmo montante sendo 50% a título de dispensa no pagamento de taxas e outros 50% a título de subsídio direto à instituição. Fica claro desde logo que o processo foi mal instruído em Setembro. Fica igualmente claro que se atribui à instituição o mesmo valor que se pretendia atribuir em Setembro, clarificando dúvidas que se iam adensando sobre as razões pelas quais apenas este subsídio, contrariamente ao que sucede com todos os outros, vinha sem proposta que o fundamentasse assinada pelo vereador do pelouro. Fica ainda claro que se abre aqui uma exceção ou cria um precedente, porque o expediente do subsídio serve para entregar à instituição o montante correspondente a 100% do devido a título de dispensa do pagamento de taxas e licenças, postura que, sendo legítima, confere às demais instituições idêntico direito, ou pelo menos idêntica expectativa. Resta ainda referir que, após ter sido levantadas algumas dúvidas, o Sr. Presidente de Câmara assegurou que as taxas devidas pelo equipamento em causa eram taxas devidas por uma valência social, e não por uma edificação privada ainda que detida por uma IPSS, pois que, se se tratasse de um Lar de Idosos de natureza privada, sem acordo com a Segurança Social (ainda que detido por uma IPSS), não caberia naturalmente ao Município subsidiar a sua atividade ou dispensá-lo do pagamento das taxas e licenças devidas. Perante a garantia concedido pelo Sr. Presidente de Câmara e atendendo a que o subsídio a esta instituição não nos merece reservas de qualquer espécie talqualmente tem sucedido com outros subsídios



atribuídos a outras instituições do setor social, os vereadores PSD/CDS votam a favor deste ponto.” -----

CULTURA - GRANDE CAPÍTULO DA CONFRARIA GASTRONÓMICA DA PANELA AO LUME – CONCESSÃO DE APOIOS

– Presente a seguinte proposta: “No âmbito do programa comemorativo do seu XXVIII aniversário, a Confraria Gastronómica Panela ao Lume organiza, nos próximos dia 7 e 8 de novembro, no Paço dos Duques de Bragança, a cerimónia do Grande Capítulo, para o que solicitou ao Município a concessão dos seguintes apoios: 1. Cedência de sistema de som; 2. Empréstimo de bandeiras (GMR, Portugal e UE); 3. Alojamento 2 quartos duplos, na Pousada da Juventude, ao abrigo do protocolo existente; 4. Atuação do Grupo Folclórico da Corredoura, para participar no Cortejo, no dia 8, ao abrigo do protocolo de colaboração CMG / Grupo; 5. Cedência do autocarro, para o dia 8. A prestação de serviço por técnicos de som e motorista implicou a realização de trabalho extraordinário. Tendo em vista o interesse público de que se revestem as suas atividades, bem como o interesse turístico e cultural inerente à realização dos Grandes Capítulos proponho que, ao abrigo do nº6 do art.º 2º do Regulamento Municipal nº 606/2010, a Câmara Municipal ratifique a concessão dos apoios identificados à Confraria Gastronómica Panela ao Lume.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - APOIO À ATIVIDADE CULTURAL DO CINECLUBE DE GUIMARÃES – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

– Presente a seguinte proposta: “Considerando que, imediatamente após a abertura do Centro Cultural de Vila Flor (CCVF), no ano de 2005, o Cineclube transferiu as suas sessões regulares de cinema do Auditório da Universidade do Minho para as instalações daquele

Centro Cultural, ao abrigo de um acordo que, ainda que não escrito, vem funcionando desde essa data até ao presente; Que, na prossecução desse acordo, o Cineclube vem assegurando uma programação regular e periódica de reconhecida qualidade; Que o Cineclube de Guimarães é consensualmente considerado um dos mais importantes cineclubes do país, com créditos e competências firmadas ao longo de mais de cinquenta anos da sua existência, em permanente prestação de serviço público à comunidade vimaranense, sendo garante de competência na área do cinema, fotografia, edição e outras áreas de intervenção em que reparte a sua atividade; Que a comunidade vimaranense vem sendo enriquecida com o forte contributo cultural prestado pelo Cineclube de Guimarães nas suas programações regulares e periódicas, bem como nas programações de ciclos temáticos; pelo contributo decisivo prestado na programação e exibição de cinema na Capital Europeia da Cultura; pela exibição de cinema por várias freguesias do concelho; pela colaboração prestada a inúmeras associações culturais vimaranenses que o solicitam; pela forte divulgação que constitui o programa Cinema em Noites de Verão, que leva mais de 25 anos consecutivos com vários milhares de cidadãos a usufruir dessa iniciativa; Que o trabalho desenvolvido no CCVF pela Associação Cultural que é o Cineclube muito tem contribuído, desde 2005, para o elevado número de utentes do Centro Cultural, sendo, por isso, um dos muitos fatores do reconhecido sucesso deste equipamento; Que o Cineclube continuará a garantir uma criteriosa programação de cinema de qualidade, cuja definição e escolha é da sua exclusiva responsabilidade, sendo as sessões de cinema a exhibir no Centro Cultural de Vila Flor abertas aos seus Associados e a utentes em geral, aos quais poderá ser cobrada entrada, cuja receita reverte



para o Cineclube, e que, em parceria com o Município, o Cineclube colaborará na divulgação de cinema e fotografia, na cidade e no concelho, bem como em atividades formativas ou de realização de cursos, filmes ou eventos relacionados com a sua atividade, sempre que venha a ser solicitado pelo Município. Assim, ao abrigo do n.º 6 do art.º 2.º do Regulamento nº 606/2010 e da al u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que o Município apoie a atividade que o Cineclube de Guimarães pretende levar a efeito durante um ano após a produção de efeitos da presente proposta, através da disponibilização da utilização dos espaços de utilização externa do Centro Cultural Vila Flor, previstos na Cláusula 1ª do Contrato de Comodato celebrado entre si e A Oficina, Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e aprovado na Assembleia Municipal de Guimarães, na sessão de 6 de outubro de 2014, nos mesmos termos que resultariam da utilização pelo próprio Município, dando primazia ao Grande Auditório tendo em conta que é esta a sala adequada para a exibição de cinema. Tal utilização deverá assegurar que o Cineclube continue a desenvolver a sua atividade normal, procurando garantir uma regularidade de programação de duas sessões por semana, nos mesmos termos acordados em 2005, privilegiando-se as quintas-feiras e domingos. A utilização dos auditórios do CCVF por parte do Cineclube respeitará os mesmos condicionalismos a que está sujeita o próprio Município, designadamente no que se refere à compatibilidade com a normal programação do CCVF. O apoio que o Município prestará ao Cineclube de Guimarães consistirá na isenção total do pagamento das taxas devidas pela utilização daquele equipamento municipal, no âmbito do exercício da sua

atividade no CCVF, cujo valor se estima em €13.750,00 + IVA, valor que foi apurado da seguinte forma: Nos termos do n.º 1 do artº 71º, nº1 da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor o valor diário da taxa de utilização do grande auditório do CCVF importa em €3.750,00. Este valor tem uma redução de 50% quando se trate de entidades sem fins lucrativos. O Cineclube de Guimarães pretende utilizar aquele equipamento municipal duas horas por dia, dois dias por semana, num período estimado de 44 semanas/ano. Deste modo, apurado o valor de taxa/hora de €78,125, significa um valor diário de €156,25, multiplicado por dois dias por semana e quarenta e quatro semanas/ano, num total referido de €13.750,00 + IVA. Deste modo, e para efeitos do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com a al. c) do n.º 1 do art.º 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, o n.º 2 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e a al. c) do n.º 3 do art.º 56.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, proponho a aprovação, e posterior submissão a aprovação da Assembleia Municipal, da isenção de taxas supra referida.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram a favor desta proposta tendo presente, antes do mais, o reconhecimento do relevante interesse público da atividade que o Cineclube de Guimarães vem desenvolvendo há mais de cinquenta anos da sua riquíssima história em prol da cultura vimaranense e da divulgação da arte cinematográfica, sendo certo que, como vem exposto na proposta, a sua área de



intervenção abrange, igualmente, o campo editorial, a fotografia, a imagem em movimento, etc. Pela sua importância, o Cineclube de Guimarães é uma instituição de reconhecimento nacional que prestigia Guimarães. Os vereadores do Partido Socialista não tiveram qualquer dúvida ou indecisão em votar favoravelmente a presente proposta. E, por se tratar de decisão tão clara quanto justa, recusaram-se a envolver a sua aprovação numa discussão que, ainda que politicamente ruidosa, poderia afastar a nossa atenção do aspeto principal – a justeza da medida. O mérito desta Associação e do serviço que presta à comunidade estão bem patentes na fundamentação da proposta. Acrescentar algo ao que foi escrito é escusado. Tudo está reconhecido naqueles considerandos iniciais. Baralhar os argumentos para, criando alguma confusão, acabar votando a favor, pode criar algum efeito político aos olhos de alguns. Mas entendem os vereadores do Partido Socialista que o Cineclube de Guimarães não o mereceria. Por isso votamos a favor desta proposta. Sem mais considerandos do que os que constam da fundamentação da proposta. E com particular satisfação, em atenção à riqueza do nosso tecido associativo, de que o Cineclube é um muito feliz exemplo.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Desde logo cumpre referir que o Cineclube de Guimarães é uma prestigiada associação cultural vimaranense, cuja intervenção na ação cívica se não circunscreve exclusivamente à sua específica área temática de associação, isto é, ao cinema. É uma associação que se assume como um exemplo de inconformismo no associativismo vimaranense para os que, como nós, defendem a independência e afirmação de uma programação e uma ação cultural não condicionada aos poderes

públicos (e que defendem o apoio a esta atuação de afirmação cívica). É uma associação que assume igualmente um lugar de destaque no panorama dos cineclubes nacionais, sendo inclusive o mais antigo Cineclube português. Para além destas considerações que são objetivamente devidas, cumpre igualmente deixar expresso o elogio que dirigimos ao Presidente de Câmara pela circunstância de ter feito constar, no texto da proposta que nos foi dada para apreciação – e que veio curiosa e estranhamente por si assinada ao invés de o vir, como seria normal, pelo vereador do pelouro – uma referência expressa de *“que o trabalho desenvolvido no CCVF pela Associação Cultural que é o Cineclube muito tem contribuído, desde 2005, para o elevado número de utentes do Centro Cultural, sendo, por isso, um dos muitos fatores do reconhecido sucesso deste equipamento”*. Elogio assente na circunstância de se ver expressamente reconhecido um facto que nem sempre se vê assumido e destacado nas diversas comunicações de divulgação dos números da afluência ao CCVF. É público que o Cineclube se deslocou para o CCFV por expressa solicitação da Câmara Municipal que, por essa mesma razão, não exigia desta associação o pagamento de quaisquer taxas que seriam devidas pela utilização do espaço. Entretanto, reconheceram os vereadores subscritores o seu desconhecimento de que esta gratuidade tivesse, em algum momento, deixado de o ser. Contudo, foram na reunião informados pelo vereador José Bastos que no ano 2013 passou a ser exigida a cobrança destas taxas atentos *“os constrangimentos financeiros entretanto impostos à cooperativa A OFICINA”*, então gestora do CCVF, pelas decisões do Tribunal de Contas. Ora, não deixa de ser paradoxal que a passagem por Guimarães da Capital Europeia da Cultura tenha deixado, entre outros efeitos, que se tenha passado a



cobrar às associações que até esse momento acediam gratuitamente aos espaços culturais propriedade do Município. Não deixa igualmente de ser curioso verificar – muito embora o vereador José Bastos tenha feito questão de esclarecer que não era Presidente d'A OFICINA na altura da determinação de que o Cineclube tivesse que pagar taxa pela utilização do CCVF – que o então Diretor Executivo d'A OFICINA, corresponsável pela tomada de decisões deste tipo, esteja hoje, como vereador, a votar favoravelmente uma proposta do Presidente de Câmara que basicamente determina em sentido inverso do que então determinou ou executou o Diretor Executivo d'A OFICINA. Por último, há uma outra conclusão da maior relevância política que não pode deixar de ser tirada de todo este processo que sendo aparentemente simples encerra em si o seu quê de rocambolesco: Enquanto o CCVF foi gerido pela Cooperativa OFICINA, esta cooperativa cobrava pela utilização do espaço a uma associação local em cujos públicos se apoiava depois para os números de afluência que apresentava. Agora que o Tribunal de Contas forçou a que os espaços e suas receitas sejam receitas próprias do Município, isto é, cedendo o Município a sua utilização por contrato de comodato, mas não a sua exploração, a Câmara já isenta do pagamento de taxa esta associação, deixando basicamente de cobrar pelo mesmo que antes cobrava A OFICINA. Razão para perguntar, para que servem afinal as Cooperativas? Se temos aqui um exemplo prático em que voltando a gestão para o Município se assegura decisões de maior sensibilidade, diríamos mesmo de maior sensatez, cultural. Por todas as aludidas razões, os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente este ponto.” -----

CULTURA - GRUPO CULTURAL E RECREATIVO "OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES" – COMEMORAÇÕES

DO 1º DE DEZEMBRO DE 1640 – Presente a seguinte proposta:
"Propõe-se que a Câmara Municipal de Guimarães dê continuidade ao apoio que vem sendo prestado ao Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques" na organização das comemorações do 1º de Dezembro de 1640, com um programa que inclui o habitual Cortejo pelas ruas da cidade na noite de 30 de Novembro. "1640" - data que assinalou a Restauração da Independência de Portugal ao domínio Filipino e que é por nós Vimaraneses vista como o renascer da nação que em 1128 aflorou em Guimarães, não pode, no nosso entendimento, deixar de ser assinalada. Nesse sentido, é pertinente manter a associação do Município a estas celebrações, traduzido no apoio à entidade "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques", consistindo em: Serviço de som e luz (branca), junto à estátua de D. Afonso Henriques; Serviços dos técnicos da cultura, juventude e turismo, compreendendo trabalho extraordinário; Cedência de um grupo coral ao abrigo do protocolo; Conceção e impressão do material gráfico: cartaz e programa; Divulgação através do site e envio para a imprensa local, regional e nacional através da mailing list da CMG; Atribuição de subsídio de €1.000,00 ao Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques", registado no RMECARH sob o nº 501371761, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães e ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, destinado a participar nos custos da atividade."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores PSD-CDS votam de modo convicto a favor deste ponto, aderindo à argumentação da



respetiva proposta bem como às suas considerações. De facto, o Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” tem sido responsável pela manutenção de um cortejo tradicional e patriótico, que faz com esta Cidade, berço da nacionalidade Portuguesa, não deixe de se assumir como um bastião da comemoração da Restauração de Independência. Numa demonstração que encerra um simbolismo extraordinário, de acordo com o qual Guimarães, Cidade-Pátria, carrega a responsabilidade fundacional do nosso País, bem como assume uma comemoração do momento em que essa independência foi restaurada, pela segunda vez na História do nosso País. É evidente que a última restauração, a ocorrida no dia 1 de Dezembro de 1640, sendo a última é aquela que é comemorada. Mas apraz-nos registar a sua comemoração particularmente aqui em Guimarães, sabendo-se que esta Cidade esteve umbilicalmente ligada aos outros dois momentos relevantes na História de Portugal: o momento fundador, em 1128, e o da primeira Restauração da Independência, em 1385. Pelo que a comemoração aqui em Guimarães daquele que é o único momento relevante da independência da História de Portugal, ou sua restauração, ao qual esta Cidade não tem uma ligação especial, encerra um particular conceito de solidariedade e sentido patriótico, tão próprio da nossa terra, que nos orgulha particularmente no apoio a esta comemoração. Não sendo assunto para esta declaração de voto mas não pretendendo fugir a ele, diremos que se é verdade que não são os feriados que atribuem importância às datas, é igualmente verdade que consideramos que entre aqueles de que se poderia ter dispensado, não deveria estar certamente o comemorativo da Restauração da Independência Nacional, data cuja distância lhe não retira a importância, e que faz com que hoje

não tenhamos que estar a lutar por referendos para a reinstituição da independência deste País que em Guimarães fundamos em 1128. As palavras desta declaração de voto dirigem-se particularmente ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, que é quem, por sua única e exclusiva iniciativa, criou e tem sabido manter esta comemoração simbólica e patriótica.” -----

DESPORTO - CENTRO DE CULTURA E DESPORTO “O DESPORTIVO DE RONFE” – PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DE ACESSO AOS BALNEÁRIOS DO ESTÁDIO DE FUTEBOL E NAS TRASEIRAS DO CAMPO Nº 2 – Presente a seguinte

proposta: “O Centro de Cultura e Desporto “O Desportivo de Ronfe” solicitou o apoio desta Câmara Municipal com vista a pavimentação do caminho de acesso aos balneários do seu estádio de futebol, bem como das traseiras do campo nº 2, tendo em conta a necessidade de melhorar as acessibilidades e garantir um bom funcionamento e qualidade das suas instalações. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de €51.357,91, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer ao material, no valor de €40.206,91 (IVA incluído), existente no armazém da Câmara Municipal, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse para a comunidade em geral, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo



montante total importa em €51.357,91. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

DIVERSOS – INDEMNIZAÇÃO POR SINISTRO OCORRIDO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, FREGUESIA DE CALDELAS –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: “No dia 9 do mês de setembro de 2013, a Sra. D. Helena Leite Araújo quando circulava no passeio da rua de Santo António, da freguesia de Caldelas, deste concelho, ao desviar-se dos peões que transitavam no sentido contrário, e como não conseguiam transitar em simultâneo, desceu para a referida rua tendo torcido o pé numa sarjeta de águas pluviais que se encontrava sem a respetiva grade. A ocorrência foi informada pelo Departamento de Obras Municipais desta autarquia, que confirma que só após a ocorrência do sinistro teve conhecimento de que a caixa de águas pluviais se encontrava sem grade, pelo que, de imediato, procedeu à sua reparação. Atendendo a que o sinistro foi declinado pela Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA, por não estar coberto pela apólice de responsabilidade civil, e visto que a caixa de águas pluviais, efetivamente, se encontrava sem a devida grade, entende-se que se deve submeter a deliberação de Câmara uma proposta de indemnização à Sra. D. Helena Leite Araújo, no montante de €292,96 e que diz respeito a despesas de transporte da ambulância, consulta de ortopedia, fisioterapia e aquisição de material ortopédico, conforme se discriminam: Transporte da ambulância – €3,75 euros; Consulta de ortopedia – €3,99 euros; Fisioterapia – €225,00 euros; Material ortopédico – €60,22 euros.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente a este ponto exclusivamente para não introduzir um fator de desconfiança técnica relativamente ao cálculo da indemnização fixada a esta cidadã, pois não temos em nossa posse possibilidade de aferir da justeza do cálculo indemnizatório. No entanto, trata-se de uma cidadã que foi vítima não apenas do infortúnio mas antes do abandono a que estão votadas determinadas artérias do nosso concelho, particularmente na vila das Taipas. Segundo informações que obtivemos, a cidadã em causa não se considera devida e justamente ressarcida da lesão que sofreu, e isso, lamentavelmente, não nos é presente na documentação que nos é fornecida para apreciação. Isto é, não estivessem os vereadores PSD/CDS informados sobre o que ocorre no território concelhio e na documentação que nos é disponibilizada nada é dito quanto à posição da contraparte, bem pelo contrário, presume-se que a indemnização aqui arbitrada corresponde às expectativas de quem a requereu. O que, soubemos entretanto, não corresponde de todo à verdade. Para mais quando, segundo nos é dado a saber, pode ter havido outras consequências – essas sim bastante mais gravosas mas cuja relação de causa-efeito não conseguimos até esta data apurar – potencialmente advindas da lesão sofrida como consequência deste sinistro. Em conclusão diremos que o nosso sentido de voto assentou apenas na circunstância de não conseguirmos aferir dos critérios de fixação da indemnização, pelo que os não podemos censurar. Em todo o caso, apelamos a uma revisão da indemnização arbitrada, por forma a que a mesma possa corresponder aos anseios que sejam legítimos desta cidadã, tendo



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 22 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

sempre em consideração que se trata de alguém que sofreu um infortúnio assente na negligência da atuação da Câmara Municipal.” -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

|

|